



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO - SMAN/CAOP/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9211146/2018-SMAN/CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08211.001249/2017-15

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo aeronáutico para prestação do serviço de TREINAMENTO INICIAL EM SIMULADOR DE VOO, para 02(dois) servidores policiais e TREINAMENTO RECORRENTE EM SIMULADOR DE VOO, para 01(um) servidor policial, referentes à aeronave AGOSTAWESTLAND modelo AW139, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras, com a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	Unidade	Quantidades Mínimas de H/A por piloto	Objeto		Valor Unitário	Quantidade de Piloto	Valor Total
01	CURSO	60	20	Treinamento INICIAL em Simulador de voo - AW139	Ground School Training	R\$ 535.000,00	02	R\$ 1.070.000,00
					Voo VFR/IFR em Simulador			
					Recheque em Simulador			
					INSPAC/ examinador /taxas e outros			
02	CURSO	60	14	Treinamento RECORRENTE em Simulador de voo - AW139	Ground School Training	R\$ 360.000,00	01	R\$ 360.000,00
					Voo VFR/IFR em Simulador			
					Recheque em Simulador			
					INSPAC/ examinador/taxas e outros			

		Período Necessário				
	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ 1.430.000,00

1.2 Especificação do Objeto

1.2.1 Os voos em simulador com movimento (*Full Motion, Fly Simulator, "D" class*) devem ser realizados em entidade com equipamentos reconhecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

1.2.2 O Programa de Treinamento Inicial e o Programa de Treinamento Recorrente em Simulador de Voo do helicóptero AW139 deverá estar em conformidade com o programa de treinamento descrito pelo fabricante do modelo, Agusta Westland, que constará de duas fases:

1ª FASE -Instrução de conhecimento teórico do helicóptero (*Ground School*)

- a) Destinado a dar conhecimento teórico do helicóptero AW139, deve conter cobertura abrangente sobre a descrição, funcionamento e operação dos sistemas do helicóptero, mencionando as suas características de operação, limitações e desempenho.
- b) A instrução de conhecimento teórico do helicóptero (*Ground School*) deve abordar no mínimo, o conteúdo programático previsto no catálogo de cursos aprovado pelo Fabricante, Agusta Westland, ou outro que o substitua até a data da prestação do serviço.
- c) A instrução de conhecimento teórico do helicóptero (*Ground School*) deve se encerrar com um teste de conhecimentos, referente à instrução ministrada, a fim de atender aos requisitos estabelecidos pela ANAC, conforme previsto no programa de treinamento aprovado do centro de treinamento.

2ª FASE - Treinamento prático de voo em simulador FFS (*Full Flight Simulator*)

- a) O treinamento prático de voo deve ocorrer em simulador "*Full Flight Simulator*" reconhecido pela ANAC. O treinamento se destinará a prover ao piloto as habilidades técnicas de manobras necessárias a operar o AW139 e todos os seus sistemas através da sua capacidade operativa de voo normal, responder com segurança as situações de emergência e mau funcionamento tanto em voo sob regras de voo visual (VFR) quanto em voo sob regras de voo por instrumentos (IFR).
- b) Para cada piloto deve ser ministrado a carga horária de voo do conteúdo previsto no Programa de Treinamento Inicial e no Programa de Treinamento Recorrente de Tipo para Pilotos de AW139 ou outro que o substitua até a data da prestação do serviço, conforme regulamentos abaixo:

Links para acesso aos Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil e de Homologação Aeronáutica

- **RBAC - 61:** http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-061-emd-06/@@display-file/arquivo_norma/RBAC61EMD06.pdf
- **RBAC - 142:** <http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-142-emd-00>
- **RBHA - 91:** http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbha/rbha-091/@@display-file/arquivo_norma/rbha091.pdf
- **RBHA - 141:** http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbha/rbha-141/@@display-file/arquivo_norma/RBHA%20141%20EMD%2001.pdf

c) Ao final da instrução cada piloto deverá executar um voo de cheque/recheque de tipo, momento no qual o piloto deverá demonstrar a habilidade necessária para a operação segura do helicóptero tanto sob regras de voo visual (VFR), quanto sob regras de voo por instrumentos (IFR) de até 02 (duas) horas, de acordo com o necessário para a realização do cheque/recheque, conforme a exigência da ANAC.

Tabela 01–Especificação do Objeto para Treinamento Inicial

ITEM	QUANTIDADES MÍNIMAS DE HORAS AULA POR TRIPULANTE	OBJETO	QUANTIDADE DE TRIPULANTES
01	60	Ground School Training	02
	20	Voo VFR/IFR em Simulador	
	02	Cheque em Simulador	
	Período Necessário		

Tabela 02 - Demonstrativo do treinamento prático de voo Inicial em simulador

TIPO DE VOO	TOTAL DE HORAS	TOTAL DE DECOLAGENS
VFR	12	06
IFR	08	04
RECHEQUE	02	01
Total por Piloto	22	11
Total Geral	44	22

Tabela 03–Especificação do Objeto para Treinamento Recorrente

ITEM	QUANTIDADES MÍNIMAS DE HORAS AULA POR TRIPULANTE	OBJETO	QUANTIDADE DE TRIPULANTES
02	60	Ground School Training	01
	14	Voo VFR/IFR em Simulador	
	02	Recheque em Simulador	
	Período Necessário		

Tabela 04 - Demonstrativo do treinamento prático de voo recorrente em simulador

TIPO DE VOO	TOTAL DE HORAS	TOTAL DE DECOLAGENS
VFR	08	04
IFR	06	03
RECHEQUE	02	01
Total por Piloto	16	08
Total Geral	16	08

1.2.3 A Contratada deverá possuir autorização da ANAC para ministrar Programa de Treinamento Inicial em Simulador de voo, com fins da obtenção de Certificado de Habilitação Técnica de Tipo (CHT) inicial ou recorrente no helicóptero AW139 em formato diverso do apresentado neste item, bem como dos documentos que comprovem o atendimento das exigências previstas nos itens (a), (b) ou (c), (d) e (g) do parágrafo 142.25 do RBAC 142.

1.2.4 Todas as taxas e emolumentos necessários para os treinos/recursos dos pilotos e dos serviços do Inspetor de Aviação Civil da ANAC ou Examinador Credenciado, conforme a legislação pertinente, no caso do voo de recurso, devem estar incluídas no valor dos serviços contratados.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa da necessidade

2.1.1 A Polícia Federal adquiriu um helicóptero AW139 através do Contrato nº 14/2012-COAD/DLOG/PF, com entrega contratual no 2º semestre de 2013.

2.1.2 Esta aquisição foi compatibilizada com o Plano Estratégico Específico da Aviação Operacional – PEEAOp, o qual estabeleceu metas alinhadas às ações estratégicas institucionais que foram desdobradas em ações e projetos visando à recuperação da capacidade operativa, à adequação às necessidades operacionais manifestadas pelas unidades da PF e à sustentação das atividades de apoio aéreo ao longo dos próximos anos.

2.1.3 Neste documento, aprovado pelo Sr. Diretor Executivo em 13 de julho de 2012, um dos objetivos específicos elencados, em alinhamento à Ação Estratégica Institucional da Polícia Federal de “Prevenção à Criminalidade”, foi “prestar apoio aéreo às unidades policiais” e, nesta esteira, uma das metas apresentadas no Plano Diretor da Aviação Operacional foi **desenvolver a capacidade de pilotos para operar a Aeronave AW 139.**

2.1.4 A aeronave Augusta AW139 é classificada como tipo A139 pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Conforme O RBAC 61, que regulamenta a matéria, para a concessão de habilitação inicial de tipo é necessária a realização de curso teórico e prático em Centro de Treinamento homologado (CTAC), *in verbis*:

61.213 Concessão de habilitação de tipo

(a) O candidato a uma habilitação de tipo deve cumprir o seguinte:

... **(2) conhecimentos teóricos e treinamento de solo:**

(ii) o treinamento de solo deve ser conduzido em um CTAC, de acordo com um programa de treinamento aprovado pela ANAC.

... **(3) treinamento de voo:**

(ii) o treinamento de voo deve ser conduzido em um CTAC, de acordo com um programa de treinamento aprovado pela ANAC.

(A) caso sejam utilizados dispositivos de treinamento para simulação de voo (FSTD), tais dispositivos devem estar qualificados ou validados pela ANAC;

2.1.5 Com relação entre a demanda e a quantidade de serviço a ser contratado: para operar a aeronave de forma segura e completa seguindo o recomendado pelo manual do fabricante da aeronave e o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) nº 91, Subparte K[1], parágrafo 91.957 - Tripulações, são necessários dois pilotos em comando, sendo assim, a PF necessita qualificar o mínimo de tripulação requerida para operar a aeronave em missões aéreas de segurança pública e/ou defesa civil.

2.1.6 A Coordenação de Aviação Operacional -CAOP - para utilizar o helicóptero em missão, indicou 02 (dois) policiais federais do seu quadro de pilotos de helicóptero com o intuito de iniciarem a capacitação necessária, constando de instrução prática de voo em simulador de helicóptero no modelo AW139.

2.1.7 A CAOP possui dois pilotos qualificados no helicóptero AW139, contudo para o incremento da segurança

operacional faz-se necessário o treinamento recorrente em simulador de voo para os pilotos já qualificados com o objetivo da manutenção das práticas operacionais durante as situações de emergência ou mal funcionamento dos sistemas da aeronave em voo.

2.1.8 Para os pilotos poderem ascender à categoria de comandantes no respectivo tipo de helicóptero, deverão completar o programa de treinamento instituído pela CAOP, aprovado pela ANAC e ministrado pela Academia Nacional de Polícia, o qual consta submeter-se ao treinamento de voo em simulador, aplicado no centro de treinamento homologado pela ANAC, conforme os requisitos estabelecidos pelo RBAC 142- Certificação e Requisitos Operacionais: Centros de Treinamento de Aviação Civil[2].

2.1.9 Portanto faz-se necessário a PF contratar empresa especializada no ramo aeronáutico no Brasil ou no exterior, que seja homologado pela ANAC para ministrar um Programa de Treinamento Inicial e recorrente em Simulador de Voo do helicóptero AW139 preconizado pelo seu fabricante *Agusta Westland*.

2.2 Justificativa de único GRUPO e da não contratação por itens

2.2.1 O objeto de contratação deste Termo de Referência **não** permite a contratação de itens avulsos, pois a existência de empresas com simuladores homologados pela ANAC para o *tipo AW139*, conforme previsto na Emenda nº 02 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 61, Subparte K, parágrafo 61.213, determina que a instrução de voo e o exame de proficiência *devem ser* realizados em Centros de treinamento homologados (CTACs), em complemento a parte teórica.

2.2.2 O agrupamento dos itens se deve ao fato da padronização operacional dos pilotos. Apesar de que as empresas participantes deverem ter homologação completa junto a ANAC para o *tipo AW139*, há diferenças de abordagens e padrões de treinamento entre as possíveis concorrentes, assim, manter-se-á a mesma padronização entre o Treinamento inicial (item 1) e o Treinamento recorrente (item 2). O Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), obrigatório para os Operadores Aéreos regidos pelo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 91 (RBAC 91) que é o caso da Polícia Federal, prevê uma uniformização de procedimentos que permita um gerenciamento satisfatório do voo a fim de reduzir os riscos operacionais da aviação ao nível do satisfatório. Com a padronização oferecida por uma única empresa vencedora do certame para os dois treinamentos seria possível uniformizar esses treinamentos e, desta forma atingir o grau pretendido.

2.2.3 O treinamento inicial em simulador de voo visa a habilitar os pilotos para a operação da aeronave, envolvendo a parte prática e a teórica. Estes elementos são indissociáveis, uma vez que o conteúdo teórico constitui preparação mínima para as sessões de simulador que constituem a parte prática, devendo ser ministrados necessariamente pela mesma empresa. A separação e consequente adjudicação por itens prejudicaria de maneira irremediável a didática e o aprendizado dos alunos, razão pela qual não é praticada pelas empresas que fornecem esse tipo de treinamento. Apesar de ser dividido em parte teórica (*Ground school*) e prática (treinamento em simulador), o treinamento em questão é indivisível, ou seja, corresponde a um único Curso Inicial na aeronave, conforme os requisitos da Autoridade Aeronáutica, o mesmo se aplicando ao Curso Recorrente na aeronave.

2.3.3 Portanto, o treinamento em questão deve ser ministrado de forma contínua e sequencial, em conformidade com uma grade curricular pré-definida a ser disponibilizado pela empresa contratada, respeitando a necessidade de integrar a parte teórica (*Ground School*) com a aplicação prática no simulador.

2.3.3.1 É extremamente prejudicial e contraproducente a separação da parte teórica (“*Ground School*”) e da parte prática (Simulador de Voo e Cheques), perdendo a continuidade e qualidade da instrução.

2.3.3.2 A metodologia aplicada que cada escola utiliza segue um processo de homologação perante à ANAC, dando de forma contínua e em sequência o curso para a obtenção da habilitação requerida na aeronave específica.

2.3.3.3 Sendo assim, todo o conteúdo exigido no subitem 1.2 deve ser ministrado por uma mesma empresa, de forma contínua no intuito de não prejudicar a instrução ou homologação junto à ANAC.

2.3 Justificativa da adoção da quantidade de horas-aula

2.3.1 Foi adotada uma quantidade de horas-aula de instruções teóricas e práticas conforme descrito no programa de Treinamento Inicial e Recorrente de Tipo para pilotos de AW139, encaminhado, via e-mail, pelo fabricante.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os serviços são considerados comuns, vez que podem ser encontrados no mercado e é possível estabelecer, para efeito

de julgamento das propostas, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto especificado.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 O Treinamento deverá ser ministrado na língua portuguesa, caso não seja, a contratada providenciará um tradutor específico para esta língua, onde este deverá, obrigatoriamente, ter experiência em traduções no ramo aeronáutico. Os custos do tradutor serão de inteira responsabilidade da empresa contratada;

4.1.2 A Contratada deverá apresentar em até 15 (quinze) dias, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial da União (DOU), o cronograma do curso contendo: o local de fornecimento do serviço; o calendário de execução de cada instrução; a carga horária a ser utilizada; o conteúdo programático da instrução teórica a ser ministrada; o conteúdo das manobras a serem aplicadas em cada etapa do voo no simulador e a escala de voo a ser utilizada pelos pilotos em instrução;

4.1.3 Para cada voo no simulador deve ser efetuada duas sessões de comentários do instrutor com o aluno: uma anterior, prospectiva dos procedimentos e manobras a serem executadas e outra posterior à execução, retrospectiva, que visa debater as manobras efetivadas, denominadas respectivamente de *Briefing* e *Debriefing*;

4.1.4 Ao término de cada voo de treinamento no simulador deve ser gerada pela Contratada uma ficha de instrução discriminando as manobras realizadas e o parecer do instrutor sobre o desempenho do Piloto;

4.1.5 Ao final do treinamento (teórico e prático), os pilotos devem realizar o cheque/recheque necessário no simulador a fim de obterem a concessão/revalidação do Certificado de Habilitação Técnica de Tipo (CHT) no modelo AW139, conforme previsto na Emenda nº 01 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 61, Subparte K, parágrafo 61.213 e 61.215 de 23 de abril de 2016;

4.1.6 Os serviços previstos neste Termo de Referência deverão ser realizados em um período contínuo no Exterior, em razão da inexistência de Centro de Treinamento homologado no Brasil, devendo a Contratada ser responsável pela reserva do simulador de voo para treinamento, para que a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência seja de forma ininterrupta.

4.2. Os serviços constantes deste objeto deverão ser prestados em até 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Da Capacitação Técnica para Contratação

5.1.1 A empresa contratada deverá:

5.1.1.1 Possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (ou instituição congênere de seu país de origem, em caso de empresa estrangeira), em qualquer área de atuação, de forma que fique comprovado o seu vínculo com a atividade aeronáutica e apresentar documentos comprovando estar autorizada pela autoridade aeronáutica para ministrar o treinamento contratado;

5.1.1.2 Operar simulador de voo “Full Flight Simulator” de sua propriedade ou possuir contrato para operação com Centro de Treinamento proprietário de simulador de voo deste tipo devidamente homologado ou reconhecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para o modelo de helicóptero AW139;

5.1.1.3 Possuir certificado de Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 142, subparte “A”, parágrafo 142.5, ou documentação congênere, e conforme o parágrafo 142.41, subparte “A”, do mesmo regulamento, de acordo com a nacionalidade do Centro de Treinamento, quando estrangeiro, o qual deverá ser apresentado pelo seu representante legal no Brasil;

5.1.1.4 Apresentar comprovação de Qualificação do simulador junto à ANAC no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União (DOU).

5.1.2 No caso de representante de empresa estrangeira, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços, através de procuração, emitida por órgão competente.

5.1.3 As empresas estrangeiras que não funcionem no País, deverão apresentar os documentos, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente.

5.1.4 Os requisitos técnicos exigidos para a prestação dos serviços contratados, nos termos do Item 1.1 deste Termo de Referência, estão baseados no manual de treinamento do fabricante da aeronave e nas normas de homologação de treinamento de tipo, previsto na Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 61, Subparte K de 05 de junho de 2012, expedido pelas agências reguladoras da aviação civil na Europa - EASA (European Aviation Safety Agency) e nos Estados Unidos da América – FAA (Federal Aviation Administration), as quais também são exigidas pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), o qual descumprimento acarreta o não reconhecimento pela ANAC, do certificado de conclusão do treinamento feito pela contratada.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 O primeiro parâmetro a ser avaliado é a homologação do CTAC pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), para dar treinamento na aeronave AGUSTA WESTLAND AW139. A empresa deve comprovar a homologação para a assinatura contratual;

6.1.2 Após cada fase do curso, deverá ser comprovado por meio de avaliação, a proficiência adquirida pelos participantes dos cursos e emitido o certificado de conclusão daquela fase específica (Ground School e simulador);

6.1.3 A contratada deve possuir corpo docente de instrutores habilitados e com experiência tal, que não comprometa a qualidade da instrução, tanto na fase teórica quanto na fase prática de simulador de voo;

6.1.4 É de responsabilidade da contratada o exame de proficiência exigido pela ANAC para concessão da habilitação na aeronave AGUSTA WESTLAND AW139. Devendo para tal, fornecer ao Inspetor de Aviação Civil (INSPAC) ou Examinador Credenciado (EXACRED) habilitado que deverá preencher a FAP (Ficha de Avaliação de Piloto) conforme padrões estabelecidos pela ANAC;

6.1.5 Os voos no simulador devem ser realizados em simulador “Full Motion, classe “D”, qualificado e válido pela ANAC;

6.1.6 Os serviços constantes neste instrumento serão realizados integralmente na estrutura da empresa contratada.

6.1.7 O serviço será prestado por unidade, com a emissão do respectivo certificado após o curso aptos ao registro nos órgãos de controles e emissão das permissões definidas no Termo de Referência;

6.1.8 O serviço compreende curso com a carga horária mínima prevista na especificação do Objeto, vedada a redução do quantitativo estabelecido bem como a remuneração por horas excedentes. Caberá também à licitante vencedora do certame o fornecimento de todo o material didático necessário para os cursos contratados, bem como o fornecimento, às suas expensas, de certificado de conclusão de curso àqueles alunos que obtiverem aproveitamento satisfatório;

6.1.9 O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;

6.1.10 Cada participante informará o cumprimento da carga horária mínima exigida, tanto a teórica quanto a prática, além da adequação dos equipamentos utilizados, para fins de aferição dos serviços prestados;

6.1.11 Não há como prever níveis de desconformidade dos serviços contratados, devido os padrões estarem no limite para a certificação dos participantes, conforme determinação da ANAC;

6.2 O recebimento dos serviços prestados será responsabilidade do Fiscal do Contrato, a ser indicado pelo Coordenador de Aviação Operacional da PF.

6.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às

custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.5 Os serviços serão recebidos definitivamente com a conclusão dos cursos teóricos e voos em simulador, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, dentro do prazo de validade do contrato.

6.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (ou instituição congênere de seu país de origem, em caso de empresa estrangeira), em qualquer área de atuação, de forma que fique comprovado o seu vínculo com a atividade aeronáutica e apresentar documentos comprovando estar autorizada pela autoridade aeronáutica para ministrar o treinamento contratado;

7.2. Operar simulador de voo “Full Flight Simulator” de sua propriedade ou possuir contrato para operação com Centro de Treinamento proprietário de simulador de voo deste tipo devidamente homologado ou reconhecido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) para o modelo de helicóptero AW139;

7.3. Possuir certificado de Centro de Treinamento de Aviação Civil (CTAC) conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 142, subparte “A”, parágrafo 142.5, ou documentação congênere, e conforme o parágrafo 142.41, subparte “A”, do mesmo regulamento, de acordo com a nacionalidade do Centro de Treinamento, quando estrangeiro, o qual deverá ser apresentado pelo seu representante legal no Brasil;

7.4. Apresentar comprovação de Qualificação do simulador junto à ANAC no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será exercida pelo Setor de Contratos e Convênios da Polícia Federal, conforme dispositivo próprio a ser elaborado pelo setor, auxiliado pelo fiscal técnico designado pela Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal;

8.2. A comunicação entre a contratante e a contratada será basicamente por e-mail e telefone e se necessário, pessoalmente, por carta simples e/ou registrada;

8.3. Os serviços serão considerados concluídos após a emissão do certificado, individualmente, correspondente à descrição do objeto;

8.4. Os pagamentos serão efetuados pelo somatório unitário da quantidade de cursos executados integralmente, independentemente da quantidade contratada;

8.5. Devido à necessidade de conclusão do curso com os critérios mínimos estabelecidos, não haverá previsão de pagamento proporcional, salvo alguma sanção administrativa aplicada;

8.5.1 Considera-se entre a possibilidade de sanção, glosa decorrente de atrasos da contratada, gerando ônus ou prejuízo à Administração Pública, conforme critérios estabelecidos no item referente às sanções administrativas.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades indispensáveis, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2 A Contratada passará à propriedade da PF todos os materiais didáticos utilizados na execução dos serviços, inclusive os arquivos magnéticos, ao final de sua realização.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. O início da execução do curso será acordado com a contratada após assinatura do contrato, publicação no Diário Oficial da União e apresentação do cronograma do curso.

11. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar à Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

11.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do serviço objeto do contrato;

11.7 Informar à contratada, através de Notificação Oficial, os dados dos policiais designados como participantes do treinamento;

11.8 Prestar informações e esclarecimentos relativos aos serviços a serem prestados, quando solicitado pelos representantes ou funcionários da empresa contratada;

11.9 Encarregar-se de providenciar, para os servidores que receberão os serviços ora contratados, o pagamento de diárias e a reserva de passagens aéreas para as localidades onde serão ministradas as instruções objeto deste Termo de Referência.

12. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7 Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não

abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

12.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.14 Executar os serviços de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

12.15 Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do cheque/recheque dos pilotos;

12.16 Responsabilizar-se por todos os custos com as taxas de cheques de equipamento realizados no simulador cobradas pelo órgão regulador (ANAC);

12.17 Fornecer, arcando com os ônus decorrentes, todos os materiais didáticos necessários na execução do serviço de treinamento, que passarão à propriedade da Contratante ao final de sua realização;

12.18 Relacionar todos os materiais didáticos utilizados na fatura como incluso nos serviços para o controle da Contratante;

12.19 Apresentar em até 15 (quinze) dias após a publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial da União (DOU), a programação do treinamento, com sua respectiva disponibilidade de vagas aos servidores da PF;

12.20 Executar o serviço dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento, devidamente aprovado pelo Contratante;

12.21 Responsabilizar-se por todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados a instrução teórica e o treinamento prático em simulador, assim como todos os recursos que serão utilizados ao longo das aulas;

12.22 Disponibilizar um checador homologado no equipamento AW139 com habilitação IFR ("Instrument Flight Rules"), para realização dos procedimentos de cheque/recheque do tipo pelos pilotos no final do treinamento. Sendo o custo com o checador da ANAC de responsabilidade da Contratada;

12.23 Submeter à fiscalização da Contratante, quando solicitado, o serviço executado;

12.24 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;

12.25 Responsabilizar-se, caso seja exigido, pelo pagamento das taxas exigidas pelo governo dos EUA, ou da Itália, ou de outro país no qual se realize o curso, no que se refere a cadastramento dos pilotos no TSA (Transport Safety Authority).

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É permitida a subcontratação do objeto, até o limite de 90 % (noventa por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.1.1 Quando os cursos teóricos e simulador de voo em questão forem homologados pela ANAC em empresa estrangeira sem filial ou escritório no Brasil, mas que possua representante oficial no território nacional, tal representante poderá subcontrata-la. Neste caso a empresa brasileira fornecerá os serviços de: - assessoramento e agendamento dos cursos com a empresa estrangeira; - desembarço internacional; - pagamento de taxas estrangeiras; - impostos; contratação de serviço de tradução para a língua portuguesa; - entre outros;

13.1.2 No caso do item 12.1.1 fica limitado a subcontratação somente a parte referente aos cursos homologados pela ANAC, conforme especificado no item 1.2.

13.2 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre

os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

13.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4 A subcontratação que remonta a grande parcela do objeto visa ampliar o caráter competitivo da disputa que ocorrerá em âmbito nacional, pois, conforme pesquisas realizadas no site da ANAC, juntadas aos autos, as empresas FLIGHTSAFETY, ROTORSIM (união das empresas AUGUSTA WESTLAND e CAE) e CAE-LÍDER TRAINING DO BRASIL LTDA são as únicas possuidoras de Centros de Treinamentos homologados pela referida Agência e todas possuem representantes no Brasil. A TAM Aviação Executiva é a representante da FLIGHTSAFETY no Brasil, entretanto, a maior parte da prestação do serviço do Treinamento inicial (Instrução Teórica + Simulação prática de voo), objeto do certame, é realizado nas dependências do Centro de Treinamento da FlightSafety, conforme descrito na Proposta.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

15.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.10 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas pertinentes;

15.11 A atestação do recebimento do serviço prestado caberá ao Fiscal do Contrato e terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, para efetá-lo;

15.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, o emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 O início da prestação dos serviços se dará após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a Contratada agendar a indicação dos policiais designados para o curso, que serão apresentados através de comunicação oficial emitida pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF.

16.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.3 Os serviços serão recebidos definitivamente após a conclusão do curso teórico, com a devida emissão dos certificados de conclusão e após a conclusão do exame de proficiência realizado por um Inspetor de Aviação Civil (INSPAC) ou Examinador Credenciado (EXACRED), com a emissão da Ficha de Avaliação de Piloto (FAP), com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.4 Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, considerando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar o fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

18.1 O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais)**, conforme valores apresentados na Carta AWdB emitida pelo representante da AUGUSTAWESTLAND DO BRASIL Ltda (anexada aos autos), obtidos após a pesquisa de preços (7132555).

18.2 Quanto à pesquisa de mercado, é conveniente lembrar que este é um mercado restrito e com pouca oferta, sendo certo que foram solicitados orçamentos aos prestadores conhecidos, incluindo os operadores do simulador de voo constante do site da ANAC, sendo que a estimativa de custos foi realizada com base nas respostas encaminhadas até o momento pelas empresas contatadas, inobstante os reiterados contatos realizados, conforme documentos (5878949 e 7132555).

18.3 A lista de Simuladores de Voo e Dispositivos de Treinamento de Voo e Lista de CTAC aprovados pela ANAC, (<http://www2.anac.gov.br/simulador/arquivos/Simulador.xls>), última revisão em 11/06/2018 (7132888) .

19. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

19.1 A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

19.2 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela PF ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

Elaborado por:

VICENTE DE PAULA CORRÊA JÚNIOR
Agente Polícia Federal
Mat. 15.653

De acordo:

JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC
Delegado de Polícia Federal
Chefe do Serviço de Operações Aéreas -SOAR/CAOP/DIREX/PF

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

Delegada de Polícia Federal
Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **VICENTE DE PAULA CORREA JUNIOR, Agente de Polícia Federal**, em 07/12/2018, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Coordenador(a)**, em 07/12/2018, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9211146** e o código CRC **67980189**.